

Banco Honda S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65

Rua Dr. José Áureo Bustamante, 377 - CEP 04710-090 - Santo Amaro - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do Banco Honda S.A. ("Banco" ou "Sociedade") apresenta à apreciação de V.sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as respectivas notas explicativas referente ao semestre e exercício de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No exercício de 2025 o Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 161,0 milhões, reflexo positivo das operações de crédito no exercício.

Títulos e Valores Mobiliários: Para a data base de 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía cotas subordinadas de dois fundos de investimentos em direitos creditórios: "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Auto Honda" e "Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Moto-Honda", sendo essas cotas classificadas como Valor Justo no Resultado ("VJR").

Índice de Basileia: O Banco calculou o índice em conformidade com a nova regulamentação do Banco Central do Brasil para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, ficando em 22,38%, estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.132/2013, cujas exigências passaram a vigorar a partir de 1º de outubro de 2013.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota Explicativa	Dezembro 2025	PASSIVO	Nota Explicativa	Dezembro 2025
Disponibilidades.....	3	6.058	Passivos financeiros ao custo amortizado.....	-	8.898.509
Ativos financeiros ao custo amortizado.....	-	9.706.478	Depósitos interfinanceiros.....	8	357.417
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	3	605.532	Depósitos a prazo.....	8	913.731
Operações de crédito.....	6a	10.036.889	Obrigações por emissão de letras financeiras.....	9	2.680.185
(i) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	6f	(935.942)	Obrigações por empréstimos.....	10	4.947.122
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado.....	-	497.453	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.....	-	198.525
Cotas de fundo de investimento de Renda Fixa.....	3	560	Instrumentos financeiros derivativos Passivo.....	5a	198.525
Cotas de fundo de investimento FIDC.....	4	275.679	Outros passivos.....	-	327.405
Instrumentos financeiros derivativos.....	5a	221.214	Diversas.....	11	85.716
Outros ativos.....	-	47.231	Provisões para contingências.....	12	32.093
Diversos.....	7	19.272	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados.....	11	2.610
Bens não de uso próprio.....	-	42.040	Fiscais e previdenciárias.....	11	206.626
(-) Provisão para <i>impairment</i>	-	(14.283)	Passivos fiscais correntes e diferidos.....	-	100.002
Despesas antecipadas.....	-	202	Passivos fiscais diferidos.....	13e	100.002
Ativos fiscais correntes e diferidos.....	-	677.931	Patrimônio líquido.....	-	1.435.510
Ativos fiscais diferidos.....	13d	677.931	Capital social.....	14a	784.387
Permanente.....	-	24.400	Reserva de lucros.....	-	690.204
Imobilizado de uso.....	-	3.112	Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	-	(93.081)
Outras imobilizações de uso.....	-	4.169			
(Depreciação acumulada).....	-	(1.057)			
Intangível.....	-	21.327			
<i>Software</i>	-	53.071			
(Amortização acumulada).....	-	(31.743)			
Total do ativo.....	-	10.959.590	Total do Passivo e Patrimônio Líquido.....	-	10.959.590

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital realizado	Reserva de lucros	Outras	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Dezembro 2025	
						Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024.....	-	784.387	61.878	463.957	47.840	3.335	1.358.052
Adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966.....	2b	-	-	-	-	3.335	3.335
Saldos em 1º de janeiro de 2025.....	-	784.387	61.878	463.957	47.840	3.335	1.361.320
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	161.034	161.034
Destinações do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	-	8.052	-	-	(8.052)	-
Absorção do ajuste de adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966.....	-	-	-	3.335	-	(3.335)	-
Reservas especiais de lucros.....	-	-	-	152.982	-	(152.982)	-
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	(86.921)	-	(86.921)
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	-	784.387	69.930	620.274	(39.081)	-	1.435.510
Saldos em 30 de junho de 2025.....	-	784.387	64.768	522.212	(3.645)	-	1.367.722
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	-	-	103.224	103.224
Destinações do lucro:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	14b	-	5.162	-	-	(5.162)	-
Reservas especiais de lucros.....	14c	-	-	98.062	-	(98.062)	-
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-	-	(35.436)	-	(35.436)
Saldos em 31 de dezembro de 2025.....	-	784.387	69.930	620.274	(39.081)	-	1.435.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

01 - Contexto Operacional

O Banco Honda S.A. ("Banco", "Instituição" ou "Banco Honda") é uma instituição financeira devidamente autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), nos termos da legislação vigente aplicável ao Sistema Financeiro Nacional. Fundado no ano 2000, o Banco está constituído sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, regido por seu Estatuto Social, pelas normas societárias brasileiras e pelas regulamentações do BACEN e do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). A Instituição atua como banco múltiplo, estando habilitada a realizar operações ativas, passivas e acessórias no âmbito das atividades de crédito, financiamento e investimento. Todas as operações conduzidas pelo Banco observam rigorosamente os requisitos legais, regulamentares e normativos estabelecidos pelas autoridades competentes, bem como os princípios de governança, integridade e conformidade que norteiam suas práticas corporativas. A principal atividade operacional do Banco Honda concentra-se no financiamento de veículos automotores, abrangendo a linha de produtos do Auto Honda no Brasil. As operações são realizadas, predominantemente, sob a modalidade de crédito direto ao consumidor ("CDC"), com garantia real constituída por meio de alienação fiduciária dos bens financiados. Essa estrutura permite ao Banco oferecer soluções financeiras eficientes e acessíveis, contribuindo diretamente para a expansão do mercado automotivo nacional e o fortalecimento da marca Honda. Nos termos de seu Estatuto Social, o Banco Honda S.A. tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, localizado na Rua Dr. José Áureo Bustamante, nº 377, 3º andar, Bairro Santo Amaro, CEP 04710-090. A totalidade de seu capital social pertence à Honda South América Ltda., que por sua vez integra o grupo econômico da Honda Motor Co., Ltd., com sede no Japão. A atuação do Banco está alinhada à estratégia regional e global da Honda, participando ativamente na estrutura de suporte financeiro à comercialização de produtos automotivos, e contribuindo para o fortalecimento da relação com clientes, concessionárias e demais parceiros de negócios.

02 - Políticas Contábeis

a) Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional da Instituição, refletindo a expectativa de manutenção das atividades no curso normal dos negócios. A apresentação segue as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, conforme a Resolução CMN nº 4.818/2020, que estabelece critérios gerais para elaboração e divulgação, o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os Pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo BACEN, desde que não conflitem com normas específicas. As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda da principal ambiente econômico em que a Instituição opera. A elaboração das demonstrações financeiras da Instituição envolve julgamentos relevantes por parte da Administração, especialmente na definição e registro de estimativas contábeis. Esses julgamentos são aplicáveis a ativos e passivos significativos, incluindo: (i) Mensuração do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) Constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) Reconhecimento de ativos fiscais relacionados a impostos diferidos; e (iv) Constituição de provisões para contingências em relação à aspectos jurídicos e legais. Essas estimativas estão sujeitas a incertezas inerentes ao processo de mensuração, podendo resultar em valores de liquidação distintos dos inicialmente registrados, especialmente no caso de provisões para risco de crédito. A Instituição realiza revisões periódicas dessas estimativas e premissas, com base em informações atualizadas e critérios técnicos. As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352, foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial. O Banco Honda optou pela isenção facultada pela Norma de não representar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas esperadas associadas ao risco de crédito), nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários no Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2025. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi aprovada pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2026. A Instituição avaliou os impactos da adoção, com destaque para a diminuição das provisões para perdas de crédito esperadas, reclassificação de ativos financeiros e ajustes nos controles internos e sistemas contábeis.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis

A partir de 1º de janeiro de 2025, as Instituições financeiras passaram a adotar os critérios contábeis definidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, que tratam dos conceitos e procedimentos aplicáveis aos instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das operações de hedge. Essas normas substituem, entre outras, a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082, promovendo maior alinhamento às práticas internacionais e aprimorando a transparência das informações contábeis. No caso das operações de arrendamento mercantil, aplicam-se os critérios contábeis definidos pela Resolução CMN nº 4.975/21, que estabeleceu o tratamento adequado para o reconhecimento, mensuração e divulgação dessas operações pelas instituições financeiras. A norma diferencia os arrendamentos financeiros e operacionais, exigindo que os ativos e passivos relacionados sejam registrados de forma que reflitam a substância econômica dos contratos, contribuindo para maior transparência nas demonstrações contábeis. Em relação às perdas de créditos, a Lei nº 14.467/22 introduziu novas regras para a dedutibilidade fiscal, válidas a partir de 2025. A principal mudança é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas, definidas como aquelas com atraso superior a noventa dias, impactando diretamente a apuração do IRPJ e da CSLL. Essa medida exige maior controle e precisão na classificação e mensuração dos créditos em atraso. Adicionalmente, a Lei nº 15.078/24 estabeleceu que as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data, somente poderão ser excluídas da base de cálculo do lucro real e do CSLL à razão de 1/84 ou 1/120 por mês, a partir de janeiro de 2026. A mesma lei vedou a dedução das perdas incorridas em 2025 que excedam o lucro real do exercício, determinando que essas perdas sejam tratadas como estoque e deduzidas conforme os critérios estabelecidos para os créditos inadimplidos anteriores. Conforme o Art. 94 da Resolução BCB nº 352/23, a adoção foi realizada de forma prospectiva, sem ajustes nos saldos de 31/12/2024. Os efeitos da adoção inicial foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em 01/01/2025 na "rubrica de reserva de lucros". A Instituição avaliou os impactos da adoção, com destaque para a diminuição das provisões para perdas de crédito esperadas, reclassificação de ativos financeiros e ajustes nos controles internos e sistemas contábeis.

Adoção de Normas em períodos futuros

Em 2023, foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que postergaram para 1º de janeiro de 2027 a vigência do Capítulo V, referente à contabilidade de hedge. Em 2024, foram publicadas a Resolução CMN nº 5.146 e a Resolução BCB nº 397, que facultaram o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. A administração está avaliando os impactos dessas normas complementares, com o objetivo de assegurar a adequada aplicação contábil e o alinhamento às exigências regulatórias vigentes.

c) Principais Políticas Contábeis

Caixa e Equivalente de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas e títulos e valores mobiliários, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação sejam iguais ou inferiores a 90 dias que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Ativos Financeiros

O Banco Honda classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual. A Organização classifica os ativos financeiros em três categorias:

- mensurados ao custo amortizado (CA);
 - mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
 - mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).
- Modelo de negócio: configura a maneira pela qual o Banco administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é:
- manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais;
 - manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou
 - manter os ativos para negociação.

Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPJJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR. Teste SPJJ: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal. Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos.

Ativos Financeiros: Mensurados ao Custo Amortizado

Nesta categoria são incluídos os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: a) o ativo é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal (teste SPJJ), em datas específicas. No cenário ativo da Honda, incluem-se nesta categoria disponibilidade, aplicações em operações compromissadas, financiamentos e conta garantida. Esses ativos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e são avaliados por provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (recuperação) a cada data de balanço (quando aplicável).

Ativos Financeiros: mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Nesta categoria são incluídos os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições: a) o ativo financeiro é gerido dentro do modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas específicas; e No cenário da Instituição, não foram identificados ativos financeiros mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes.

Ativos Financeiros: Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Nessa categoria são incluídos todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA e são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são designados ao VJR de forma irrevogável, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são:

Gerenciamento de Riscos: Para atendimento ao requerido nas Resoluções nº 4.945/21 e 4.557/17, ambas do CMN, além da Resolução BCB nº 130/2021, o Banco Honda dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos.

Enquadramento Regulatório: A Administração do Banco monitora continuamente o seu enquadramento nos segmentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial e com base na apuração da Exposição Total (TE) relativa aos últimos períodos, a Instituição identificou que ultrapassou os limites estabelecidos para o enquadramento no Segmento S4. Dessa forma, informa-se que, a partir de janeiro/2026, o Banco passará a ser enquadrado no Segmento S3, nos termos da segmentação prudencial do SFN, conforme os critérios do Art. 2º da referida resolução (instituições com parte entre 0,1% e 1% do PIB). Na mesma data, o Banco passará a aplicar integralmente a Resolução CMN nº 4.966/2021 para instrumentos financeiros, incluindo a constituição de provisão por perdas esperadas sobre ativos financeiros (modelo completo).

A Instituição já está adotando as medidas necessárias para adequação de seus processos internos, governança e sistemas de controle para atender aos requisitos prudenciais aplicáveis ao segmento S3, incluindo eventuais ajustes no requerimento mínimo de Patrimônio de Referência e nas divulgações de gerenciamento de riscos.

Conforme Estatuto Social do Banco Honda S.A., a Assembleia Geral decidirá sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, obedecido os dispositivos legais. Nenhum dos sócios terá o direito a qualquer parcela dos lucros até que seja adotada deliberação expressa sobre sua destinação. A Sociedade poderá levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais distribuindo os lucros entre os existentes. A Sociedade poderá distribuir lucros, bem como declarar o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação em vigor, cujo valor poderá ser imputado, líquido do imposto de renda retido na fonte, ao valor de dividendos obrigatórios.

As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente nas demonstrações financeiras da controladora Honda Motor Co., Ltd.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	2º Sem. 2025	Exercício 2025
Resultado da intermediação financeira.....	-	1.128.844	1.625.874
Operações de crédito.....	6e	1.289.591	2.365.789
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	4b	97.615	166.175
Resultado com instrumentos financeiros derivativos.....	5e	(258.362)	(906.090)
Despesas da intermediação financeira.....	-	(339.543)	(201.713)
Operações de captação no mercado.....	-	(281.157)	(516.976)
Resultado de obrigações por empréstimos.....	10b	(58.386)	315.263
Resultado bruto da intermediação financeira.....	-	789.301	1.424.161
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.....	-	(362.111)	(679.642)
Outras receitas/(despesas) operacionais.....	-	(237.037)	(448.338)
Receita de prestação de serviços.....	15	11.545	21.247
Outras despesas administrativas.....	16	(171.973)	(330.994)
Despesas de pessoal.....	-	(20.516)	(42.444)
Despesas tributárias.....	-	(36.877)	(66.984)
Outras receitas operacionais.....	17	16.635	32.602
Outras despesas operacionais.....	18	(35.851)	(61.765)
Resultado operacional.....	-	190.153	296.181
Resultado não operacional.....	-	(4.655)	(7.044)
Resultado antes da tributação sobre o lucro.....	-	185.498	289.137
Imposto de renda.....	13a	(83.994)	(152.461)
Contribuição social.....	13a	(67.688)	(122.587)
Impostos diferidos.....	13b	69.408	146.945
Lucro líquido do semestre/exercício.....	-	103.224	161.034
Lucro líquido por ação do capital social - R\$.....	-	3,74	5,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2º Sem. 2025	Exercício 2025
Lucro líquido do semestre/exercício.....	103.224	161.034
Hedge de Fluxo de Caixa.....	(64.428)	(158.038)
Impostos (IRPJ/CSLL).....	28.493	71.111
Outros resultados abrangentes.....	(35.436)	(86.921)
Resultado abrangente total.....	67.789	74.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

• Derivativos que sejam passivos, que devem ser classificados como valor justo no resultado;

• Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

• Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;

Desta maneira, os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente:

- ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou
- designados ao valor justo por meio do resultado.

Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativa. As variações no valor justo desses instrumentos são registradas imediatamente no resultado do período, refletindo os efeitos econômicos de forma tempestiva e transparente.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a interação da Administração na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado:** Os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período.
- Hedge de fluxo de caixa:** Os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Em suas estratégias, o Banco, adiu ao Hedge de Fluxo de Caixa, que consiste em estruturas de proteção à variação em recebimentos e pagamentos de juros na exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros referentes aos ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos. São refletidos contabilmente os efeitos econômicos de proteção desejados, reduzindo o risco de variação nos fluxos de caixa associados ao objeto de hedge. No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existem uma expectativa que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro do intervalo de 80% e 125%. No caso de operações de swap utilizadas como hedge de fluxo de caixa, o diferencial de juros a receber ou a pagar é contabilizado como ativo ou passivo, respectivamente, apropriado pro-rata temporis como receita ou despesa financeira. Os efeitos da marcação a mercado do instrumento derivativo efetivo são registrados em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de Avaliação Patrimonial" e reclassificados ao resultado conforme a realização do item protegido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado do período.

Derivativos que não atendem aos critérios de hedge contábil: Os instrumentos financeiros derivativos que não se qualificam como hedge contábil, principalmente aqueles utilizados para administrar a exposição global de risco, são reconhecidos pelo valor justo, conforme a intenção da Administração na data de contratação, considerando sua finalidade econômica. Nas operações de swap, o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado como ativo ou passivo, respectivamente, e apropriado como receita ou despesa pro-rata temporis até a data de encerramento do período contábil. As variações de valor justo desses instrumentos são integralmente reconhecidas no resultado. As operações são custodiadas na B3 S.A. - Brasil Bolsa Balcão (B3) e avaliadas a valor de mercado, o que consiste em atualizar diariamente o seu valor pelo preço de negociação no mercado ou a melhor estimativa deste valor, com base nas taxas referenciais da B3. O Banco mantém Contratos Globais de Derivativos (CGDs) com contrapartes financeiras, os quais incluem cláusulas de compensação de obrigações (Netting Agreement), conforme previsto na Resolução CMN nº 3.263/2005. Essas cláusulas permitem que, em caso de inadimplemento ou ocorrência de eventos previstos contratualmente, todas as obrigações decorrentes de operações de derivativos vigentes e futuras sejam compensadas, resultando em um único valor líquido a pagar ou a receber. Os CGDs são registrados no CETIP, garantindo a formalização e validade jurídica das condições pactuadas. Importante destacar que, para fins de apresentação contábil, os valores de ativos e passivos decorrentes dessas operações são demonstrados de forma bruta no Balanço Patrimonial sem compensação entre si, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. A compensação líquida somente

Banco Honda S.A.

CNPJ nº 03.634.220/0001-65

Rua Dr. José Áureo Bustamante, 377 - CEP 04710-090 - Santo Amaro - São Paulo - SP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais)

(ii) Fundo de investimento em direitos creditórios Moto-Honda

É um fundo de investimento aberto, administrado pelo Santander Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e gerido pela Cultinvest Asset Management Ltda., criado exclusivamente com a finalidade de compra dos recebíveis originados pela Moto Honda da Amazônia Ltda. O Banco Honda, sob a condição de cotista subordinado, efetuou seu primeiro investimento em 09 de outubro de 2019.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre	Dez/2025
Rendas de aplicação em cotas de fundo de investimento	32.506	59.460
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez.....	65.109	106.715
	97.615	166.175

c. Valor justo de ativos financeiros

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao valor justo no resultado			
FIDC Auto Honda.....	197.367	-	-
FIDC Moto Honda.....	78.312	-	-
Total.....	275.679	-	-

Não houve alteração nas movimentações dos níveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

05 - Instrumentos Financeiros Derivativos

Política de utilização

O Banco Honda utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, com o propósito de atender às suas necessidades de gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem. A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de *hedge*.

Objetivos

O objetivo é a proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários.

Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na Instituição pelo "IRBB (risco de taxa de juros na carteira bancária)", é realizada a identificação, mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado da carteira bancária, utilizando choques de juros padronizados a fim de verificar impactos no valor econômico e no resultado, respectivamente, por meio dos indicadores: a) *Economic Value of Equity* (EVE) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa e b) *Net Interest Income* (NII) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação.

a) Carteira de Derivativos

	Dez/2025			
	Valor referência	Ajuste a receber	Ajuste a pagar	Posição líquida
Swap (1).....	3.669.906	128.855	(25.251)	103.604
Swap HAFC (2).....	3.804.193	81.568	(156.148)	(74.580)
	7.479.099	210.423	(181.399)	29.024
				221.214
				(198.525)
				22.690

(1) Swap: Hedge de risco de mercado (Hedge econômico).

(2) Swap - HAFC: Hedge Accounting Fluxo de Caixa.

No exercício de 2025, o Banco Honda efetuou operações de Hedge Accounting Fluxo de Caixa, sendo que a parcela efetiva das marcações a mercado, são contabilizados em conta do patrimônio líquido na rubrica outros resultados abrangentes, já ilíquido dos efeitos tributários. O saldo em 31 de dezembro 2025 é R\$ 39.081 de perda. Mensalmente é elaborado o teste de efetividade, e o valor apurado da parcela inefetiva, é contabilizado diretamente no resultado.

b) Valor justo de ativos e passivos financeiros.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos mensurados ao valor justo no resultado			
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	22.690	-
Total.....	-	22.690	-

Não houve alteração nas movimentações dos níveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

c. Descontinuidade de Operação de Hedge Accounting

1. Início da Operação de Hedge: Em 30 de setembro de 2024, a Companhia iniciou uma nova relação de hedge contábil com o objetivo de mitigar os riscos de flutuação cambial e de taxa de juros associados a uma dívida contratada em moeda estrangeira. O instrumento financeiro utilizado foi um contrato de swap.

2. Motivo da Descontinuidade: Em junho de 2025, a Companhia decidiu pela descontinuidade da relação de hedge contábil para uma operação, em decorrência da perda de eficácia, conforme evidenciado por meio do teste retrospectivo realizado em conformidade com os requisitos da Circular 3082/02 do Banco Central.

3. Tratamento Contábil: Após a descontinuidade da relação de Hedge contábil dessa operação, os ganhos ou perdas acumuladas no montante de R\$ 2.043, anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido, foram reclassificados para o resultado do período de junho de 2025.

d) Composição dos instrumentos financeiros derivativos por prazos de vencimento

Os valores de mercado e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

	Dez/2025				
	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (ponta ativa).....	46.880	6.139	59.518	60.358	172.895
Swap (ponta ativa) - HAFC.....	-	18.311	-	101.450	119.761
Swap (ponta passiva).....	-	-	(949)	(19.225)	(20.174)
Swap (ponta passiva) - HAFC.....	-	-	(780)	(249.012)	(249.792)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

	Valor referência	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	A vencer após 360 dias	Total geral
Swap (ponta ativa).....	7.474.099	638.086	456.642	1.215.042	4.982.856	7.292.626
Swap (ponta passiva).....	(7.474.099)	(591.206)	(432.192)	(1.157.253)	(5.089.285)	(7.269.936)

e) Composição dos itens objeto de hedge

Passivo

Itens Objeto de "Hedge Fluxo de Caixa"

Obrigações para empréstimos (nota explicativa nº 10)
Valor atualizado pelas condições pactuadas.....

	Dez/2025
	(3.264.878)

	2º Semestre	Dez/2025
Resultado de instrumentos financeiros.....	(258.362)	(906.090)

06 - Operações de Crédito

a) Por tipo de operação

	Dez/2025	Dez/2025
Sector privado.....	10.036.889	10.036.889
Pessoa Física.....	9.697.594	-
Pessoa Jurídica.....	339.295	-

b) Por setor de atividade

	Dez/2025	Dez/2025
Sector privado.....	10.036.889	10.036.889
Indústria.....	5.839	-
Comércio.....	224.669	-
Outros serviços.....	108.787	-
Pessoa física.....	9.697.594	-

c) Por faixa de vencimento

	Dez/2025	Dez/2025
Vencidos.....	305.019	305.019
Até 90 dias.....	123.756	-
De 91 a 180 dias.....	61.508	-
Acima de 180 dias.....	119.755	-
A Vencer.....	9.731.870	9.731.870
Até 90 dias.....	1.465.037	-
De 91 a 360 dias.....	3.442.182	-
Acima de 360 dias.....	4.824.651	-

d) Concentração de crédito

	Dez/2025
Maior devedor.....	0,16%
Dez maiores devedores.....	0,61%
Demais devedores.....	99,39%
Total.....	100,00%

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do maior devedor é de R\$ 15.655.

e) Resultado com operações de crédito

	2º Semestre	Dez/2025
Resultado de operação de crédito.....	1.289.591	2.365.789

f) Movimentação das Perdas Esperadas

	Dez/2025	Dez/2025
Saldo inicial - 31/12/2024.....	709.725	709.725
Ajustes Adoção Inicial - 01/01/2025.....	(4.842)	-
Constituição de provisão.....	679.642	-
Créditos Baixados a Prejuízo.....	(448.583)	-
Saldo final - 31/12/2025.....	935.942	935.942

	PI	PA	PE	Perda Total
Ativos Não Problemáticos.....	-	180.483	247.087	427.570
Ativos Problemáticos.....	252.447	21.681	234.244	508.372
Total.....	252.447	202.164	481.331	935.942

	PI	PA	PE	Perda Total
NÃO PROBLEMÁTICOS.....	-	180.483	247.087	427.570
DE 0 A 14 DIAS DE ATRASO.....	-	119.796	87.949	207.745
DE 15 A 30 DIAS DE ATRASO.....	-	12.589	41.995	54.584
DE 31 A 60 DIAS DE ATRASO.....	-	20.440	75.049	95.489
DE 61 A 90 DIAS DE ATRASO.....	-	27.658	42.094	69.752

	PI	PA	PE	Perda Total
PROBLEMÁTICOS ADIMPLIDOS.....	252.447	20.982	234.205	507.634

	PI	PA	PE	Perda Total
PROBLEMÁTICOS INADIMPLIDOS.....	35.556	4.029	43.263	82.848
INADIMPLIDO PERÍODO MENOR QUE UM MÊS.....	31.892	3.247	42.503	77.642
INADIMPLIDO PERÍODO IGUAL OU MAIOR QUE 2 E MENOR QUE 3 MESES.....	28.321	2.617	31.900	62.838
INADIMPLIDO PERÍODO IGUAL OU MAIOR QUE 4 MESES.....	27.656	2.339	26.012	55.007
INADIMPLIDO PERÍODO IGUAL OU MAIOR QUE 5 MESES.....	23.833	1.859	21.105	46.797
INADIMPLIDO PERÍODO IGUAL OU MAIOR QUE 6 MESES.....	26.770	1.937	20.337	49.044
INADIMPLIDO PERÍODO IGUAL OU MAIOR QUE 6 E MENOR QUE 7 MESES.....	23.472	1.583	14.693	39.748
INADIMPLIDO PERÍODO IGUAL OU MAIOR QUE 7 E MENOR QUE 8 MESES.....	28.081	1.774	15.887	45.742
INADIMPLIDO PERÍODO IGUAL OU MAIOR QUE 8 E MENOR QUE 9 MESES.....	26.866	1.597	18.505	46.968

h) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

No contexto da Instituição, não há procedimentos estruturados de venda de carteiras. Em caso de uma decisão futura de venda de carteira, é necessário avaliar os aspectos quantitativos e qualitativos relacionados a essas transações. Nesse contexto, é vital considerar o motivo da venda da carteira, bem como a frequência e a representatividade.

i) Informações Complementares

Quando os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros são renegociados ou modificados, o Banco Honda realiza uma análise para determinar se tais alterações configuram uma reestruturação ou apenas uma renegociação. Essa avaliação considera se houve concessões substanciais à contraparte, decorrentes de deterioração na qualidade creditícia do cliente. O montante de créditos renegociados, cujos ajustes nos termos contratuais ocorreram no exercício de 2025, correspondem a R\$ 599.486. Não ocorreram renegociações classificadas como reestruturação no período. No período não houve concessões substanciais, decorrentes de deterioração na qualidade creditícia do cliente. No segundo semestre houve recuperação de créditos no montante correspondente a R\$ 29.315 e no exercício de R\$ 51.852.

07 - Outros créditos - Diversos

	Dez/2025
Devedores por depósitos em garantia.....	1.132
Devedores diversos - País.....	2.320
Outros Créditos fiscais (i).....	14.325
Outros.....	1.495
	19.272
Dez/2025.....	19.272
Curto Prazo.....	1.631
Longo prazo.....	17.641
	19.272

(i) Os outros créditos fiscais correspondem ao diferimento dos impostos (ISS, PIS/COFINS).

	Dez/2025
08 - Depósitos	340.430
Depósitos interfinanceiros	12.041
Curto prazo.....	1.254
Longo prazo.....	357.471

	Dez/2025
Vencimento	245.484
De 1 a 90 dias.....	94.946
De 91 a 360 dias.....	17.041
A vencer após 360 dias.....	357.471

	Dez/2025
Depósitos a prazo	693.224
Curto prazo.....	220.507
Longo prazo.....	913.731

	Dez/2025
Vencimento	144.898
De 1 a 90 dias.....	548.266
De 91 a 360 dias.....	1.291.347
A vencer após 360 dias.....	913.731

Os Depósitos Interfinanceiros (CDI) e os Depósitos Bancários a prazo (CDB) são classificados de acordo com seus vencimentos contratuais, efetivados dentro da regulamentação vigente, indexados às taxas de juros de acordo com as praticadas pelo mercado.

09 - Recursos de aceites e emissão de títulos

	Dez/2025
Curto Prazo.....	1.198.837
Longo prazo.....	1.481.348
	2.680.185
Dez/2025.....	2.680.185

	Dez/2025
De 1 a 90 dias.....	310.111
De 91 a 360 dias.....	888.726
A vencer após 360 dias.....	2.680.185

As letras financeiras são classificadas de acordo com seus vencimentos contratuais, efetivadas dentro da regulamentação vigente, indexadas às taxas de juros de acordo com as praticadas pelo mercado.

10 - Obrigações para empréstimos

As captações de recursos no exterior são realizadas predominantemente por meio de linhas de crédito contratadas junto a instituições financeiras internacionais. O saldo total de obrigações para empréstimos em 31 de dezembro 2025 é de R\$ 4.947.122, composto por empréstimos acrescidos de variação cambial (dólar/ene) para essas operações. Deste montante, o valor de R\$ 3.264.878 foi designado como objeto de hedge accounting de fluxo de caixa e o valor de R\$ 1.682.244 foi designado como hedge econômico, conforme descrito na nota explicativa nº 5. Essas operações possuem vencimento máximo em maio de 2026. As informações sobre os *Covenants* referentes a esses empréstimos estão sendo mencionadas na nota explicativa nº 20.e.

a. Composição das obrigações por empréstimos por prazo de vencimento

	Dez/2025
Curto prazo.....	1.112.262
Longo prazo.....	3.834.860
	4.947.122
Dez/2025.....	4.947.122
De 1 a 90 dias.....	328.480
De 91 a 180 dias.....	279.922
De 181 a 360 dias.....	503.860
A vencer após 360 dias.....	3.834.860
	4.947.122

b. Resultado de obrigações por empréstimos

	2º Semestre	Dez/2025
Resultado de obrigações por empréstimos.....	(58.386)	315.263

11 - Outras obrigações

	Dez/2025
Fiscais e previdenciárias (i).....	206.626
Credores diversos - País.....	30.884
Taxa de registro - Alienação a pagar.....	15.584
Seguros sobre financiamento.....	15.480
Comissão a Pagar.....	209
Valores a pagar às sociedades ligadas.....	6.325
Bônus a pagar.....	975
Capital a pagar.....	5.028
Despesas de pessoal.....	3.263
Outras.....	10.578
	294.952
Dez/2025.....	294.952

	Dez/2025
Curto prazo.....	279.549
Longo prazo.....	15.403
	294.952

(i) Referem-se principalmente, a provisão para imposto de renda e contribuição social corrente.

12 - Provisão para passivos contingentes

O Banco possui processos de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas, decorrentes de atuações por parte das autoridades fiscais de reclamações de terceiros e ex-empregados ou de ações e questionamentos. Para essas contingências foram constituídas provisões quando, na opinião da Administração e de seus assessores jurídicos, o risco de eventual perda foi considerado como provável. Essas provisões estão assim apresentadas:

	Dez/2025
Natureza	20.524
Contingências cíveis (i).....	8.714
Contingências trabalhistas (ii).....	2.795
Contingências tributárias (iii).....	32.093

(i) Refere-se a ações judiciais movidas contra o Banco que objetivam discutir produtos, serviços e relações contratuais. A maioria dos processos tem cunho indenizatório (dano moral e material) e revisão de contratos de crédito, sendo em sua maior parte do juizado especial cível e, portanto, limitadas a 40 salários-mínimos.

(ii) Refere-se a processos trabalhistas em sua maioria a ações ajuizadas por ex-empregados e terceirizados com o objetivo de obter indenizações relativas às reclamações de direitos trabalhistas.

(iii) Refere-se em sua maioria a processo tributário sobre a diferença do índice de contribuição do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.132 os quais estão relacionados a estas contingências e registrados na rubrica "Devedores por depósitos em garantia", vide nota explicativa nº 7.

a. Movimentação das provisões para contingências

	Saldo inicial
--	---------------

...continuação



Honda Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

CNPJ nº 03.634.239/0001-01

Avenida Senador Roberto Simonsen, 304 - CEP: 09530-401 - Santo Antônio - São Caetano do Sul - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

montante de R\$ 10.000, devidamente pagos em 23 de março de 2025.

10. CONTAS DE RESULTADO

a. Receitas da intermediação financeira

	2º Semestre	Dez/2025
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	1.188	2.430
Receita da intermediação financeira.....	1.188	2.430

b. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Dez/2025
Serviços de terceiros.....	(16)	(32)
Serviços técnicos especializados.....	(33)	(34)
Serviços do sistema financeiro.....	(40)	(80)
Outras.....	-	(1)
Outras despesas administrativas.....	(89)	(147)

c. Despesas tributárias

	2º Semestre	Dez/2025
PIS sobre outras Receitas.....	(8)	(16)
COFINS sobre outras Receitas.....	(47)	(97)
Taxas e Emolumentos Estaduais (CADIN).....	(14)	(18)
Outras Taxas.....	-	(2)
Despesas tributárias.....	(69)	(133)

d. Outras despesas operacionais

	2º Semestre	Dez/2025
Indenizações de ações contrárias.....	(1)	(2)
Outras despesas operacionais.....	(1)	(2)

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora direta da Honda Leasing é a empresa Honda South América Ltda., sendo a controladora final a Honda Motors Co. com sede no Japão. As transações com partes relacionadas restringem-se a prestação de serviços administrativos e utilização de bens imóveis, todos devidamente suportados por contratos entre as partes.

Banco Honda S.A. (ligadas).....

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025, a Honda Leasing não possuía saldos de instrumentos financeiros derivativos.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Gerenciamento de riscos e capital

Para atendimento aos normativos vigentes, o Honda Leasing dispõe de estrutura específica para a gestão integrada de riscos e de capital, sendo as atividades principalmente centradas na identificação, controle e mitigação dos riscos. Para nortear essas atividades, a diretoria do Honda Leasing estabeleceu diferentes níveis de severidade de perdas, considerando, o apetite por riscos da Instituição, e respectivos alertas para acionar ações e contramedidas específicas. Destaca-se ainda a realização contínua de testes de estresse. Tais procedimentos, dentre outros, encontram-se descritos nas políticas para o gerenciamento de riscos e de capital, assim como na declaração de apetite por riscos.

Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito se baseia na manutenção de ativos financeiros de alta qualidade, ou seja, com reduzida probabilidade de perdas de valores por risco de contraparte, utilizando-se de modelos desenvolvidos para avaliar o grau de risco de cada grupo/cliente, assim como ponderações tempestivas, considerando a dimensão do risco de contraparte, de concentração e os efeitos das variações macroeconômicas. Sobre o risco de crédito de contraparte, este aborda a possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações. Em relação ao risco de crédito de concentração, vincula-se diretamente à possibilidade de perdas associadas a exposições significativas a uma mesma contraparte.

A Honda Leasing utiliza modelos internos para calcular a probabilidade individual de default de cada cliente e o valor em risco projetado.

Gerenciamento de risco de mercado e liquidez

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, é realizada a identificação, mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado da carteira bancária, utilizando choque de juros padronizados a fim de verificar impactos no valor econômico e no resultado, respectivamente, por meio dos indicadores: a) Delta Economic Value of Equity (ΔEVE) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o patrimônio e b) Delta Net Interest Income (ΔNII) que avalia os impactos

de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira.

Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital monitora e controla a necessidade de capital próprio para se fazer frente às adversidades que a Instituição possa incorrer no futuro, considerando também os seus objetivos estratégicos. A Honda Leasing desenvolve atividade de avaliação do requerimento mínimo de capital, bem como utiliza procedimentos para a efetivação de projeções e testes regulares, assim como elabora e revisa normativos e estratégias. O detalhamento das estruturas acima expostas está evidenciado no site da Honda Leasing, na seção de “Gerenciamento de Riscos”, e os relatórios dessas atividades estão disponíveis na sua sede.

Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional possui como principal objetivo a efetivação de medidas referentes a procedimentos, padrões e instrumentos que possibilitem a identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de perdas relacionadas ao negócio, sejam estas decorrentes de ocorrências externas ou internas, tais como fraudes, erros, desvios ou práticas inadequadas de colaboradores, parceiros, agentes externos, entre outros.

Risco socioambiental

Com a finalidade de se mitigar as perdas, provenientes de danos socioambientais, a Instituição promove, dentre outras medidas, a efetivação de rotinas e procedimentos, para seguir, além das diretrizes corporativas, as diretrizes internas para monitoramento e prevenção dos riscos socioambientais nas operações dos negócios, assim como investe no desenvolvimento e capacitação dos profissionais por meio de treinamentos e certificações.

Limite operacional

Em 31 de dezembro de 2025, o Índice de Basileia, apurado de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo, calculado em conformidade com a regulamentação do BACEN para cumprimento das regras prudenciais, conhecidas como Basileia III, foi de 22,38%, conforme legislação vigente à época.

Resultados não recorrentes

Atendendo às alterações exigidas pela Resolução BACEN nº 2/20, em 31 de dezembro de 2025, os resultados divulgados pela Honda Leasing são recorrentes. Dessa forma, não há resultado não recorrente para o período apresentado.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes a serem divulgados.

DIRETORIA

RODRIGO NOBORU GONDO
DIRETOR PRESIDENTE

FABIO LUIZ LOURENÇO FAVARON
DIRETOR

ARATA ICHINOSE
DIRETOR

MASAICHI KOBAYASHI
DIRETOR

WAGNER DA SILVA PEREIRA
CONTADOR - CRC SP – 353482/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores do Honda Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil

São Caetano do Sul - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Honda Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil (“Instituição”), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com

base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Mark Suda Yamashita
Contador CRC SP – 1SP271754/O-9

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 13/03/2026
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/13/BANCOHONDA1588096213032026.pdf>
Hash: 17733423604518653556b84e4dac5c998063cb0217